

Estudo mostra o assédio na América Latina e a reação das brasileiras

Pesquisa revela que uma em cada quatro latino-americanas e uma a cada cinco brasileiras já vivenciou episódios de violência

(CartaCapital, 17/04/2018 - acesse no site de origem)

A [América Latina é conhecida por seu machismo](#) tacanho, atos de violência e assédio em todos os países da região. Ao menos uma em cada três latino-americanas e uma em cada quatro brasileiras passaram por alguma situação de assédio. Quando o assunto se refere a episódios de violência, o registro atinge uma em cada quatro latino-americanas e uma a cada cinco brasileiras.

Esses são alguns dos resultados divulgados na pesquisa *Mulheres: Percepção de direitos e exposição à violência*, estudo realizado pelo instituto de pesquisa Market Analysis, especializado em sustentabilidade.

“Essa menor incidência de ambos os problemas no Brasil com relação aos outros países da região pode indicar o efeito positivo da legislação avançada de proteção às vítimas de violência no País”, conclui Débora Pinheiro da Silva Montibeler, analista sênior da empresa de pesquisa.

Segundo a conclusão da analista, leis como a Maria da Penha podem representar um diferencial em relação à percepção de respeito aos direitos femininos no Brasil um pouco maior até do que em sociedades como as do Chile e da Argentina com níveis de desenvolvimento social superior ao nosso. Mas também deixa um alerta quanto a essas conclusões: “elas também podem estar sinalizando alguma dificuldade de admitir ter passado por essas experiências”, afirma Débora.

Essa dúvida surge quando se faz o cruzamento com o WPS Index, índice que mede o empoderamento e o bem estar feminino em 153 países e faz parte do *Georgetown Institute for Women, Peace and Security*.

A medição tem como base 11 indicadores relacionados a três grandes aspectos: o nível de inclusão econômica, social e política; o grau de equidade e não discriminação legal e informal e segurança, relacionada à violência de gênero no cotidiano das mulheres (em suas famílias, comunidades e na sociedade).

“Ao cruzar o posicionamento dos países no índice WPS com a percepção das mulheres nas sociedades latino-americanas percebemos que as brasileiras, curiosamente, consideram ou percebem sua situação de forma melhor do que as condições de empoderamento medidas pelo WPS permitiriam predizer”, conclui Fabián Echegaray, diretor geral da Market Analysis.

No índice WPS, que vai de 0 a 1 – quanto mais baixo menor é o bem estar das mulheres – o Brasil registra 0,677, enquanto o do Peru, por exemplo, é de 0,693. Já na pesquisa *Mulheres: Percepção de direitos e exposição à violência*, 51% das mulheres brasileiras responderam que sentem que seus direitos são respeitados, enquanto a das peruanas está situado em apenas 22%. Conclusões divergentes, portanto, sem que se desqualifique qualquer dos levantamentos.

E, Independentemente de alguma dificuldade em decifrar os números, todos os estudos deixam evidentes mudanças na maneira como as mulheres se reagem diante dessas agressões. Mais importante: já não é algo que seja visto por elas como natural.

“Claramente as mulheres estão encarando as situações de violência de gênero e assédio sexual com outro repertório, deixando para trás a negação ou omissão diante dos fatos e passando a admitir e perceber abertamente essas questões como problemas” explica a analista da Market Analysis, Débora Montibeler.

Mas obviamente ainda estamos longe de observar uma realidade como a encontrada um pouco mais para cima no continente americano. Segundo o WPS, na América do Norte não latina (entenda-se aí como sendo referência a Canadá e EUA, excluindo-se o México) a grande maioria das mulheres entrevistadas (84%) afirma ter seus direitos respeitados, enquanto que, na América Latina, esse número na média é muito menor (36%).

As vítimas de sempre

Talvez o ponto de maior convergência de todos esses estudos e que pode ser aplicado a qualquer país de nosso subcontinente é o perfil das vítimas que sofrem assédios e violências com maior frequência: são jovens e trabalhadoras de baixa renda que enfrentam esses problemas em múltiplos ambientes em que estão expostas em seu cotidiano, ou seja, estudo, trabalho, família e comunidade.

Na realidade, a mesma tecla da desigualdade que se aplica a tantos outros indicadores é, como sempre, fator decisivo para impedir que mais avanços possam ocorrer no nosso sofrido continente.

Garantir igualdade de gênero e de oportunidades para todos os cidadãos latino-americanos certamente contribuirá também para combater as mazelas que mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam diariamente.

América Latina e Caribe: uma década perdida para acabar com o casamento infantil

A América Latina e o Caribe é a única região do mundo onde a prevalência do casamento infantil e da união precoce não diminuiu na última década, disse nessa semana o escritório regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para a América Latina e o Caribe.

(ONU Brasil, 11/04/2018 - acesse no site de origem)

Os [níveis de casamento infantil](#) na região permaneceram em torno de 25% na última década, enquanto outras áreas do mundo registraram declínios significativos, principalmente no sul da

Ásia, onde os níveis de casamento infantil caíram de quase 50% para 30% na última década.

Na região, o casamento prematuro entre as meninas indígenas, as meninas que vivem em áreas rurais e os grupos populacionais de média e baixa renda parecem ser mais recorrentes do que os das áreas urbanas e dos segmentos de alta renda. Na região, as uniões precoces não matrimoniais são mais frequentes do que o casamento formal e legal.

“O que estamos vendo em outras partes do mundo é um progresso real para proteger as meninas do casamento infantil, e isso é motivo de comemoração. No entanto, este não é o caso em nossa região, onde uma em cada quatro mulheres era casada ou estava em uma união pré-casamento antes dos 18 anos de idade”, disse Maria Cristina Perceval, diretora regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe.

“As meninas que são forçadas a casar ou entrar em união antes de completar 18 anos são privadas de oportunidades imediatas e de longo prazo que, em última instância, afetam o cumprimento de seus direitos. O aumento do risco de violência sexual, maternidade precoce, abandono escolar – além da exclusão social de seus pares – é um claro indicador de que as meninas da região estão sendo, e continuarão a ser, deixadas para trás se não agirmos agora.

Segundo um [recente estudo da ONU](#), o Brasil lidera o número de casamentos infantis da América Latina e tem o 4º maior índice global em números absolutos. Cerca de 3 milhões de jovens de 20 a 24 anos tiveram o matrimônio formalizado antes da maioridade no país. O número representa 36% do total de mulheres casadas dessa faixa etária.

Em todo o mundo, estima-se que 650 milhões de mulheres e meninas se casaram quando crianças, com a América Latina e o Caribe abrigando cerca de uma em cada dez delas. Sem ações e investimentos acelerados, a região terá a segunda maior prevalência de casamento infantil no mundo até 2030, atrás apenas da África Subsaariana e à frente do Sul da Ásia, região que tradicionalmente tem a maior prevalência de casamento infantil no mundo.

Se as tendências atuais continuarem, quase 20 milhões de meninas na América Latina e no Caribe se casarão na infância até 2030.

Uma das principais razões para que o casamento infantil e a união precoce na região não diminuíssem está relacionada às taxas de gravidez adolescente igualmente altas – segunda no mundo – e ao risco de violência sexual para meninas – 1,1 milhão de adolescentes relatam ter sofrido abuso sexual. Esses fatores combinados de desigualdade de gênero para meninas na América Latina e Caribe impedem suas opções e oportunidades.

A pobreza também contribui para o casamento infantil e para as uniões precoces que, combinadas com normas, papéis e relações de gênero, influenciam as crenças e decisões de que a união precoce é aceitável, e até mesmo desejável, como uma opção de vida.

Além disso, as lacunas na legislação nacional podem permitir o casamento antes dos 18 anos ou incluir exceções para permitir o consentimento dos pais, representante legal ou autoridade judicial.

“A igualdade das meninas é restrita na região por meio de impactos combinados de maternidade e uniões precoces, violência e oportunidades de vida limitadas. Não podemos mais manter os olhos fechados para seus direitos perdidos e potenciais. É por isso que, junto

às nossas agências irmãs UNFPA e ONU Mulheres, lançamos um programa regional, solicitando urgentemente o fim dessas práticas na região. Convidamos outros parceiros a participar desta causa”, concluiu Perceval.

[Brasil tem maior número de casamentos infantis da América Latina e o 4º mais alto do mundo](#)

Conservadorismo prejudica acesso de mulheres a métodos contraceptivos

A influência de grupos religiosos e conservadores no desenho e execução das políticas públicas de planejamento familiar prejudicam o acesso das mulheres aos métodos contraceptivos no Brasil. Esta é a conclusão de uma pesquisa realizada em cinco países da América Latina.

[\(Marie Claire, 10/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O estudo feito pela Federação Internacional de Planejamento Familiar/Região do Hemisfério Ocidental (IPPF/RHO) ouviu 100 especialistas no México, Colômbia, Argentina, Chile e Brasil. O resultado mostra que as brasileiras são as que menos têm acesso às informações sobre métodos contraceptivos. A razão para o mau posicionamento é o conservadorismo associado à religião.

De acordo com a pesquisa, o Brasil possui uma das legislações “mais avançadas” do continente no que se refere ao planejamento familiar e ainda conta com um sistema de saúde que distribui gratuitamente métodos contraceptivos. Mas não há um acompanhamento para descobrir quais melhor se adaptam à vida dessas mulheres.



Conservadorismo no Brasil prejudica acesso a métodos contraceptivos (Foto: Thinkstock)

O acesso às informações e aos métodos contraceptivos permite às brasileiras decidirem sobre a maternidade, se querem ou não ter filhos e em qual momento desejam ser mães, explicou a socióloga Jacqueline Pitanguy, da ONG Cepia, parceira da pesquisa.

“Além de essas políticas reduzirem o índice de gravidez na adolescência e os abortos clandestinos, as mulheres que conseguem planejar a gravidez têm condições de desempenhar um papel mais ativo na sociedade e dar aos seus filhos melhores condições de vida”.

O Brasil também recebeu baixa avaliação no quesito educação sexual nas escolas, pois o tema não é obrigatório nas salas de aula do país. Além disso, as campanhas de saúde sobre sexualidade focam apenas na prevenção de HIV/Aids e no uso de preservativos.

Também foi registrado no estudo que, ao contrário de México e Chile, por aqui não há programas específicos para a atenção de grupos e mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, a influência religiosa e cultural de profissionais de saúde limita o uso de protocolos e a participação desses profissionais em treinamentos sobre o tema.

Embora a América Latina e o Caribe terem registrado o maior crescimento mundial em relação à participação das mulheres no mercado de trabalho, de 40% para 54,3%, o aumento do uso de anticoncepcionais foi consideravelmente pequeno, de 66,7% para 67%. Ou seja, 225 milhões de latino-americanas e caribenhas em idade reprodutiva não fazem uso de métodos contraceptivos.

Internet: acesso e uso têm grande aumento na América Latina e Caribe

Mais de 43% dos domicílios estavam conectados em 2015, quase o números de 2010; dados estão no relatório Estado da Banda Larga 2016; Brasil é segundo país da região com maior disseminação de banda larga móvel.

[\(Rádio ONU, 14/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Quase 54,5% dos habitantes da América Latina e Caribe usaram a internet em 2015, 20% a mais do que em 2010, de acordo com o relatório *O Estado da Banda Larga 2016* na região.

Os dados foram divulgados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe, Cepal.

Inovação e Tecnologia

A publicação foi apresentada oficialmente durante a segunda reunião da Conferência sobre Ciência, Inovação, Informação e Tecnologias de Comunicação da Cepal, realizada no início desta semana na Costa Rica.

Segundo o documento, a porcentagem de usuários da internet em relação à população total da região cresceu 10,6% ao ano entre 2000 e 2015.

Acesso

O número de domicílios conectados à internet na América Latina e no Caribe cresceu em uma média anual de 14,1% nos últimos cinco anos, chegando a 43,4% em 2015, quase o dobro em comparação a 2010.

De acordo com o relatório, há, no entanto, uma grande diferença entre os índices de acesso dos países da região. Das 24 nações analisadas em 2015, em apenas três o alcance domiciliar da internet chegou a 60%: Chile, Costa Rica e Uruguai.

Outros três tiveram índices entre 45% e 56%, entre eles o Brasil. Três tiveram índices abaixo de 15%: Guatemala, El Salvador e Nicarágua.

Banda Larga

Segundo o relatório, o acesso a conexões banda larga teve grande crescimento no período estudado, particularmente na móvel, que subiu de 7% para 58% da população entre 2010 e 2015.

Em 2010, a porcentagem das pessoas com acesso à banda larga fixa e móvel era praticamente a mesma. Desde este período e até 2015, o número de assinantes do serviço móvel cresceu 802,5%, enquanto o de conexão fixa subiu 68,9%.

O país com a maior disseminação de banda larga móvel em relação à população geral é a Costa Rica, com 92,5%. Em segundo lugar vem o Brasil, com 88,6%.

Custo

Enquanto em 2010 o custo de contratar um serviço de banda larga fixa de 1Mbps representava cerca de 18% da renda mensal média, no início de 2016 este número tinha caído para 2%.

A acessibilidade também aumentou de forma significativa para usuários de pacotes de dados pré-pagos. O documento destaca que em diversos países, esses pacotes com duração de 30 dias custam menos que 2% da renda.

Desafios

O relatório da Cepal afirma, no entanto, que apesar deste progresso ainda há problemas em termos de qualidade e equidade no acesso à internet, citando diferenças de acordo com localidade geográfica e situação socioeconômica da população.

Nenhum país da região teve pelo menos 5% de suas conexões com velocidades superiores a 15Mbps, enquanto em países desenvolvidos esta porcentagem é de 50%.

Laura Gelbert

América Latina e Caribe rumo à universalização do ensino

(Rádio ONU, 26/07/2016) Segundo dados do Banco Mundial, 92% das crianças da região cursam o primário. Em todo o mundo, 57 milhões estão fora da escola; qualidade ainda é desafio.

O tempo de escolaridade dos latino-americanos e caribenhos mais do que dobrou em meio século, segundo o Banco Mundial. Se em 1960, a população da América Latina e do Caribe tinha em média 4,3 anos de estudo, em 2010, já eram 10 anos.

Outros dados do Banco revelam que a região está no caminho para cumprir a meta número 4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: garantir educação para todos os meninos e meninas até 2030.

Qualidade

Hoje, 92% das crianças latino-americanas de seis a 12 anos estão na escola primária, percentual parecido com os 91% registrados nos países em desenvolvimento. Além disso, 93% dos jovens da América Latina e Caribe cursam o ensino secundário. Mas, embora esteja ampliando a cobertura educacional, a região ainda precisa melhorar a qualidade.

Uma das evidências é o resultado da prova de matemática feita em 2012 pelo Programa para Avaliação Internacional de Estudantes, Pisa.

Houve uma diferença de quase 100 pontos entre a média obtida pelos países da Oede e pelos oito países latino-americanos que participaram. Isso representa, segundo o relatório “Professores Excelentes”, do Banco Mundial, uma diferença de competências equivalente a mais de dois anos de ensino.

Matemática e leitura

Mesmo assim, pode-se dizer que os países da região estão evoluindo. Brasil, Chile e Peru são os três que mais avançaram nos resultados de matemática e leitura do Pisa entre 2000 e 2012.

Os desafios de universalizar a educação e aumentar a qualidade se repetem nas demais regiões em desenvolvimento. Das 57 milhões de crianças fora da escola, mais da metade vive na África Subsaariana. Outro dado preocupante é que cerca de 50% das crianças fora da escola estão em áreas afetadas por conflitos.

Mariana Ceratti com reportagem do Banco Mundial, Brasil.

Acesse no site de origem: [América Latina e Caribe rumo à universalização do ensino \(Rádio ONU, 26/07/2016\)](#)

Mortalidade materna é cada vez menor na América Latina e no Caribe

(Rádio ONU, 07/07/2016) Segundo dados do Banco Mundial, números da região já são menores que os estabelecidos pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 da ONU.

O Banco Mundial afirma que a região da América Latina e Caribe é uma das que mais avançaram contra a mortalidade materna nos últimos 25 anos. O número de mortes por cada 100,000 nascimentos caiu de 135 em 1990 para 67 em 2015.

Com isso, a região já cumpriu, bem antes de 2030, uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 3 das Nações Unidas: reduzir as mortes maternas para menos de 70 por 100,000 nascimentos. A média global hoje é de 216 por 100,000 nascimentos.

ODS 3

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 estabelece que os países membros da ONU garantam um estilo de vida saudável e promovam o bem-estar para todos, em todas as idades.

Os avanços feitos pela América Latina e o Caribe, no entanto, não são homogêneos. Nos dois extremos, estão o Uruguai, com 15 mortes por 100,000 nascimentos, e o Haiti, com 359 óbitos por 100,000 nascimentos em 2015. O Brasil, com 44 mortes por 100,000 nascimentos em 2015, é país que tem o nono menor índice de mortalidade materna na região.

África Subsaariana

Dados também do Banco Mundial revelam como será desafiador cumprir até 2030 a meta relativa à mortalidade materna. Especialmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia, onde as mortes maternas por 100,000 nascimentos chegam a 537 e 182, respectivamente.

A publicação Indicadores de Desenvolvimento Global 2016, do Banco, defende maior acesso a profissionais qualificados no momento do parto, bem como a tratamentos hospitalares em caso de emergências.

Enquanto na América Latina e no Caribe 93% dos partos são atendidos por profissionais de saúde, no resto do mundo o percentual ainda é de cerca de 70%. E nas economias mais pobres do planeta, o percentual cai para 50%.

Mariana Ceratti

Acesse no site de origem: [Mortalidade materna é cada vez menor na América Latina e no Caribe \(Rádio ONU, 07/07/2016\)](#)

Mulheres atuantes no Direito Eleitoral nas Américas participam de encontro no TSE

(TSE, 16/03/2016) A partir de amanhã o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será palco de um encontro que reunirá mulheres que atuam no Direito Eleitoral em países das Américas para discutir igualdade de gênero e democracia. Será o VII Encontro Ibero-Americano de Magistradas Eleitorais, que ocorre pela primeira vez no Brasil.

Durante os dias 17 e 18, quinta e sexta-feira, as juízas participarão de diversos debates que envolvem o papel e a participação da mulher nos sistemas representativos dos países da região.

A ministra do TSE Luciana Lóssio - que representou a Justiça Eleitoral brasileira na edição do evento em 2015 na cidade de Quito, no Equador - presidirá quatro mesas de debate durante a programação e já afirmou que encontros como este são fundamentais para um diálogo consciente sobre a representação feminina no parlamento.

Além de representantes de tribunais eleitorais dos diversos países, o evento contará com a participação de autoridades de organismos internacionais que atuam na defesa da mulher na política.

A Conferência Magna será da ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-presidente do TSE. Ela foi a primeira mulher a comandar a Justiça Eleitoral brasileira e sua conferência será sobre o tema central do encontro: Igualdade de Gênero e Democracia.

A apresentação da ministra Cármen Lúcia ocorrerá logo após a sessão de abertura que será comandada pelo presidente do TSE, ministro Dias Toffoli. Nessa abertura está prevista

também a participação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Pacheco Prates Lamachia, do subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Carlos Alberto Simas Magalhães, da Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal, senadora Vanessa Grazziotin, da ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, e do presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski.

Mesas

A primeira mesa de debates começará às 15h com a discussão sobre “a atuação dos organismos internacionais na defesa da participação da mulher na política”. A segunda mesa está prevista para começar às 16h45 e debaterá “a evolução das jurisprudências nacionais sobre a igualdade de gênero nos processos eleitorais”. Já a terceira mesa, que abrirá a programação da sexta-feira, terá como tema “o sistema de cotas e outros mecanismos de ação afirmativa”. Ainda pela manhã, a quarta mesa discutirá “a participação da mulher nas estruturas partidárias”. No período da tarde, a quinta mesa será sobre “as perspectivas da igualdade de gênero nas democracias do continente”. A sexta mesa de debates será sobre “a situação brasileira” nesse âmbito de mulheres na política. Para contribuir com informações a respeito, além da senadora Vanessa Grazziotin e da ministra Luciana Lóssio, haverá a participação da professora da Universidade de São Paulo (USP) Monica Herman Caggiano.

Confira, a seguir, a lista de participantes do encontro de magistradas e as instituições que elas representam:

Pilar Tello - Representante do Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA)

Sofia Vincenzi - Representante do **Centro de Asesoría y Promoción Electoral** do Instituto Interamericano de Derechos Humanos - CAPEL - IIDH

María del Carmen Alanis Figueroa - Magistrada do Tribunal Eleitoral de Poder Judicial da Federação do México

Lourdes González - Magistrada suplente do Tribunal Eleitoral do Panamá

Idayris Yolima Carrillo Perez - Conselheira do Conselho Nacional Eleitoral da Colômbia

Patricia Zambrano Villacrés - Juíza do Tribunal Contencioso Eleitoral do Equador

Maria Eugenia Choque Quispe - Vocal do Tribunal Supremo Eleitoral da Bolívia

Dolores Altagracia Fernández - Diretora de Registro Civil da Junta Central Eleitoral da República Dominicana

Sandra Etcheverry - Ministra da Corte Eleitoral do Uruguai

Dunia Sandoval - Vocal do Tribunal Supremo Eleitoral da Bolívia

Maria Elena Wapenka - Ministra do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai

Luz Haro - Conselheira Suplente do Conselho Nacional Eleitoral do Equador

Yara Ivette Campo Berrío - Diretora Executiva do Tribunal Eleitoral do Panamá

Rosa María López Triveño - Diretora da Oficina de Cooperação e Relações Internacionais do Jurado Nacional de Eleições do Peru

Ann M. Ravel - Comissária-Chefe da Comissão Eleitoral Federal dos Estados Unidos

Teresa Carolina Figueroa Chandía - Tribunal Eleitoral da V Região de Valparaíso do Chile

Jhannett María Madriz Sotillo - Magistrada do Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela

Rosa Flor D'Aliza Pérez - Magistrada do Tribunal Superior Eleitoral da República Dominicana

Lucy Cruz Villca - Vocal do Tribunal Supremo Eleitoral da Bolívia

Christy McCormick - Presidente do Comitê de Assistência Eleitoral dos Estados Unidos

Nubia Villacís - Vice-Presidente do Conselho Nacional Eleitoral do Equador

Karine Morin - Chefe Interina de Pessoal e Assessora Sênior de Relações Internacionais, Provinciais e Territoriais das Eleições do Canadá

Ana Marcela Paredes - Conselheira do Conselho Nacional Eleitoral do Equador

Roxana Silva - Juíza da Corte Constitucional do Equador

Vanessa Grazziotin - Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal

Monica Herman Caggiano - Professora da Universidade de São Paulo - Mackenzie (USP)

Mais detalhes no [hotsite](#) do VII Encontro Ibero-Americano de Magistradas Eleitorais.

Acesse no site de origem: [Mulheres atuantes no Direito Eleitoral nas Américas participam de encontro no TSE \(TSE, 16/03/2016\)](#)

Mulheres negras enfrentam problemas semelhantes na América Latina

(Agência Brasil, 25/07/2015) Cerca de 200 milhões de pessoas que se identificam como afrodescendentes vivem na América Latina e no Caribe, o que corresponde a 30% da população dessas regiões, conforme estimativa da Associação Rede de Mulheres Afro-Latinas, Afro-Caribenhas e da Diáspora (Mujeres Afro). Apesar do número, os negros são os mais afetados pela pobreza, marginalização e pelo racismo, em especial as mulheres.

No Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha, celebrado hoje (25), e no primeiro ano da Década Internacional dos Afrodescendentes, instituída pelas Nações Unidas, os problemas enfrentados pelas mulheres negras ganham visibilidade.

Levantamentos de alguns países mostram essa situação. Em Porto Rico, por exemplo, estudo mostra que um homem branco com ensino superior tem 89% mais chances de entrar no mercado de trabalho. No caso das mulheres negras, o percentual é menor: 60%. No Uruguai, a taxa de desemprego chega a 7%, mas entre as mulheres negras sobe para 14,3%.

A situação das mulheres negras foi discutida entre os dias 26 e 28 de junho em Manágua, na Nicarágua, durante a 1ª Cúpula de Lideranças Femininas Afrodescendentes das Américas.

O documento Plataforma Política, preparatório para a cúpula, aponta que “se assume que a situação de marginalização e exclusão socioeconômica que vivem as populações afrodescendentes se deve mais à situação de classe do que ao próprio racismo, que sustenta a ideia de que se forem alcançados níveis socioeconômicos mais altos não se teria barreiras para a mobilidade social e, portanto, não seriam vítimas de racismo. Sobre esta base está instalada a ideologia da democracia racial que invisibiliza as diversas maneiras em que o racismo se expressa de forma subterrânea mas devastadora”.

“Nós, mulheres negras, pertencemos a uma mesma comunidade de destino. Foi possível evidenciar mais uma vez que racismo, sexismo, lesbofobia, fundamentalismos são os mesmos vetores que movem a dominação e a exclusão de milhões de mulheres negras no Continente”, disse Nilza Iraci, coordenadora de comunicação do Geledés - Instituto da Mulher Negra, que participou da cúpula.

A coordenadora relatou que, durante a cúpula, foi possível perceber as semelhanças nas condições das mulheres negras. “Um exemplo clássico é verificar as falas da palanquera, da Colômbia; das quilombolas, do Brasil; e das garífunas, na América Central. Juntas falam de problemas e vivências semelhantes, como se fosse uma comunidade única. Também pode ser verificado entre as jovens da região, falta de oportunidades, emprego e perspectivas; e em todas as mulheres que vêm sendo vitimizadas pelo avanço dos fundamentalismos religiosos que tentam legislar sobre seus corpos e sua sexualidade. Ou seja, esses fatores formam um caldo de cultura onde a mulher negra é a mais vitimizada”.

Brasil

Para a representante da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, o Brasil se destaca na América Latina por ter políticas públicas e instituições oficiais de combate às desigualdades, como a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

“Nós falamos muito em acelerar os processos para garantir que essas diferenças diminuam em um tempo rápido, porque são brechas históricas que têm que se fechar. Mas as políticas públicas, o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, o Pronatec, o Brasil sem Miséria têm sido políticas muito importantes que têm mudado a cara e a inserção das mulheres negras no Brasil de uma maneira muito importante”.

No entanto, a representante reconhece que as mulheres negras estão atrás nos [indicadores sociais e econômicos](#) do país. “Por exemplo, em termos de pobreza, a população negra é mais vulnerável, sete em cada dez casas que recebem o Bolsa Família são chefiadas por negros, sendo que 37% das casas são chefiadas por mulheres. Temos entre mulheres brancas um desemprego de cerca de 9%, entre as mulheres negras ultrapassa 12%. Outra área que vale a pena ressaltar é o tema da renda. As mulheres negras recebem 42% do salário dos homens brancos. É muito chocante elas receberem menos da metade do salário dos homens brancos”.

Para Nilza Iraci, do Geledés, o maior avanço no país foi a organização dos movimentos sociais, já que “os indicadores sociais têm demonstrado que, apesar da conquista de políticas públicas, elas não têm sido capazes de transformar a realidade e a vida de milhares de brasileiras”.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres destaca que o governo federal tem implementado, na última década, diversas políticas voltadas à promoção da igualdade das mulheres negras, como o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, a aplicação da Lei Maria da Penha e o enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de mulheres.

Para este ano, a secretaria deverá criar um grupo de trabalho para atender mães que perderam os filhos, vítimas de violência. Em novembro, será realizada a 1ª Semana das Mulheres Negras no Mês da Consciência Negra e uma consulta nacional a quilombolas e afrodescendentes para a 4ª Conferência Nacional de Política para Mulheres.

Akemi Nitahara; Edição: Carolina Pimentel

Acesse no site de origem: [Mulheres negras enfrentam problemas semelhantes na América Latina \(Agência Brasil, 24/07/2015\)](#)

Festival Latinidades começa com debate sobre combate ao racismo

(EBC, 22/07/2015) O Festival Latinidades foi criado em 2008 para comemorar o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, celebrado no dia 25 de julho. Realizado em Brasília, é o maior festival de mulheres negras da América Latina. O tema deste ano é cinema negro e a ideia é debater o protagonismo e a representação das mulheres negras no cinema e, ainda, discutir sobre políticas públicas no setor audiovisual.

A programação é vasta e abrange performances, sessões de filmes, conferências com personalidades nacionais e internacionais, exposições, oficinas e shows. O festival ocupa a sala, o foyer e a área externa do Cine Brasília.

Leia mais:

[Festival Latinidades debate a exposição da cultura negra pela internet \(Agência Brasil, 23/07/2015\)](#)

[Latinidades: padrão de beleza é predominantemente branco, diz professora dos EUA \(Agência Brasil, 22/07/2015\)](#)

A mesa de abertura hoje (22), teve como tema Cultura e Educação: interações no combate ao racismo e na valorização de identidades negras. Estiveram presentes Cida Abreu, presidente da Fundação Palmares; Mãe Beth de Oxum, valorixá e musicista; e Cida Bento, psicóloga e coordenadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades.

As palestrantes falaram sobre a importância do cinema na construção de sonhos e histórias de identificação e reconhecimento da população negra brasileira. “A formação da identidade é um

cruzamento entre algo que trazemos, que é nosso, e algo que vem de fora. Trazemos não só dessa vida, mas da nossa ancestralidade. Essa identidade se constrói a partir do toque, do contato físico, dessa sensação de pertencimento a um grupo”, afirmou Cida Bento.

Outro tema abordado foi como a tradição oral e outras práticas culturais negras são fundamentais na transmissão de conhecimento, além da importância da mobilização das famílias e dos professores da educação infantil no combate ao racismo e na promoção da cultura negra, respeitando seus trajes, penteados, danças e músicas.

Mãe Beth de Oxum emocionou o público ao cantar e defender as manifestações culturais de Pernambuco. Ela criticou ainda a proposta de redução da maioria penal, que tramita no Congresso Nacional. “O jovem não pode ser criminalizado porque o Estado não cuida dele. A gente está pautando o genocídio da população negra e mostrando como esse projeto é perverso e racista. Jogar todo mundo numa vala comum, que não melhora ninguém, não é a solução”, defendeu.

Hoje, às 18h30, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançará a Década Internacional dos Afrodescendentes. Participarão da cerimônia a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Nilma Lino Gomes, e o coordenador do Sistema das Nações Unidas No Brasil, Jorge Chediek. Ainda hoje, às 21h30, haverá show da cantora Elza Soares. O show será transmitido no sábado (25) pela TV Brasil.

Todos os eventos, exceto os filmes, contarão com libras (língua brasileira de sinais) ao vivo para pessoas com deficiência auditiva. O local também é acessível aos cadeirantes.

O evento conta ainda com o projeto Latinidades Sustentável que traz, entre outras ações, bicicletário com iluminação e segurança durante todo o evento, linha de ônibus para o trecho da Rodoviária ao Cine Brasília, coleta seletiva de lixo, varal social - para troca de roupas usadas, oficinas artísticas e um ônibus para recolher descarte de lixo eletrônico, estacionado no local.

O evento é uma realização do Instituto Afrolatinas com patrocínios da Petrobras e do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e vai de hoje (22) a domingo (26).

Acesse no site de origem: [Festival Latinidades começa com debate sobre combate ao racismo \(EBC, 22/07/2015\)](#)

“Nenhum país do mundo conseguiu atingir a igualdade de gênero”, afirma Luíza Carvalho

(Rádio ONU, 17/07/2015) A afirmação foi feita pela diretora regional da ONU Mulheres para a América Latina e o Caribe, Luíza Carvalho; ela disse que em termos gerais ainda há muito

espaço para conquistar em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A diretora regional da ONU Mulheres para a América Latina, Luíza Carvalho afirmou que “nenhum país do mundo conseguiu atingir a igualdade de gênero”.

De Brasília, em entrevista à Rádio ONU, Carvalho disse que apesar dos grandes avanços conquistados até agora, nem mesmo os países mais avançados alcançaram o terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.

Empoderamento

A meta estabelecida pela comunidade internacional em 2000 e que deveria ser cumprida até o final deste ano determinava não só a paridade de gêneros mas também o empoderamento das mulheres.

A diretora regional da ONU Mulheres afirmou que ainda há muito espaço para se conquistar.

Em relação à participação política feminina, Luíza Carvalho disse que houve grande avanço em alguns países mas nem tanto em outros e cita o caso do Brasil.

“Infelizmente, alguns países permanecem muito, muito atrasados. Infelizmente, o Brasil está muito atrasado. Nós temos em torno de 10% de participação feminina, não chega a 10%, são 9,9%, de participação feminina no Congresso”.

Educação

Ela disse que a melhor surpresa deve ocorrer em relação aos progressos alcançados no setor de educação.

“Houve uma universalização da educação, em praticamente todos os países. Claro, nós estamos na luta pela qualidade também. Mas a participação da mulher foi assegurada e foi aumentada. Hoje, em alguns países nós temos o problema reverso onde a menina e a estudante tem uma participação mais alta do que o menino. Já há uma preocupação em saber porque o menino está saindo da escola.”

ODSs

A diretora regional da ONU Mulheres falou também sobre como a igualdade de gênero será tratada na próxima agenda de desenvolvimento sustentável.

“Com uma grande expectativa, porque vamos ter uma meta dedicada, a meta cinco das 17 é a meta dedicada à questão de gênero. É onde a gente olha especificamente, de forma mais direta, onde nós queremos e pensamos que o avanço da mulher tem que ser mais concreto, incluindo investimentos e compromisso claros dos governos”.

Os líderes mundiais vão se reunir na sede da ONU, em Nova York, em setembro, para aprovar os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODSs, que deverão ser cumpridos até 2030.

Edgard Júnior

Acesse no site de origem: [“Nenhum país do mundo conseguiu atingir a igualdade de](#)

[gênero", afirma Luíza Carvalho \(Rádio ONU, 17/07/2015\)](#)